

ÍNDICE

Introdução	9
<i>José Francisco Meirinhos</i>	
As Origens do Liberalismo no Porto e no Rio de Janeiro: O 24 de Agosto e o 26 de Fevereiro	17
<i>Mendo Castro Henriques</i>	
D. Frei Francisco de S. Luís e o “Conflito” da Igreja e do Estado durante a Revolução Liberal Portuguesa	31
<i>Afonso Rocha</i>	
A Revolução de 1820 e o Pensamento Ético Português.....	39
<i>Jorge Teixeira da Cunha</i>	
Filosofia e Política nas <i>Viagens</i> de Almeida Garrett, Um Liberal de 1820.....	47
<i>José Francisco Meirinhos</i>	
O Projeto Liberal na Historiografia Portuguesa	64
<i>Marco Alexandre Ribeiro</i>	
A Revolução Liberal de 1820: Ecos Parlamentares na I República	79
<i>António José Queiroz</i>	
A Primeira Faculdade de Letras do Porto e o Espírito Liberal	89
<i>Maria Celeste Natário</i>	
Os Direitos Humanos no Pensamento de Claude Lefort	93
<i>Francisco Assis</i>	
O Custo Humano da Meritocracia: Uma Deriva para Fora da Caixinha do Debate sobre Justiça Social.....	97
<i>Wanderley Dias da Silva</i>	
Paradoxos da Democracia no Século XXI – Em Abono do Espírito Liberal da Filosofia Portuguesa: <i>In Memoriam</i> de Pinharanda Gomes	124
<i>Renato Epifânio</i>	
Homenagem a Pedro Baptista	129
<i>Joaquim Pinto da Silva, José Manuel Lopes Cordeiro e Rui Lopo</i>	

INTRODUÇÃO

Na madrugada de 24 de agosto de 1821 um levantamento militar no Porto dava expressão visível e eficaz a um descontentamento que atravessava os diferentes estratos da população, sobretudo urbana, no comércio, na indústria, na administração, na justiça, no exército. As razões desse descontentamento são múltiplas e estão bem identificadas nas duas proclamações que os chefes militares do levantamento leram aos soldados em parada. A movimentação de tropas, que fora preparada com o secretismo necessário por um grupo de homens proeminentes da burguesia, da magistratura e das chefias militares, visava a salvação da Pátria e o fim dos males que a trazem em sofrimento. O caminho é a unidade (*«uma só vontade nos una»*) e a reforma política, como proclama o discurso lido nessa manhã aos soldados pelo coronel Sebastião Cabreira, mas tendo em vista uma reforma que *«deve guiar-se pela razão, e pela justiça, e não pela licença»*. O que mais se teme é a alteração tumultuosa da ordem e a anarquia, daí o apelo à convocação imediata de Cortes *«que sejam o órgão da Nação, e elas preparem uma Constituição, que assegure nossos direitos»*. O ideário liberal e constitucional toma como guia a razão e o primado da lei, não o poder absoluto. A proclamação aos soldados lida pelo coronel Bernardo Sepúlveda expressa o mesmo ideário anti absolutista dos revoltosos, centrado na nomeação de *«um Governo Provisional, que chame as Cortes a fazerem a Constituição, cuja falta é a origem de todos os nossos males»*.

As duas proclamações lidas pelos militares foram ambas escritas por José Ferreira Borges, então secretário da Junta Geral da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, jurista e figura proeminente do Sinédrio, grupo fechado que preparou e liderou esta revolta, rapidamente vitoriosa. As proclamações têm uma patente motivação política de expressão liberal e, para além de já nesse mesmo dia terem circulado impressas na cidade do Porto, seriam publicadas no *Diário nacional*, do Porto, o primeiro jornal liberal publicado em Portugal, cujo número inaugural saiu logo a 26 de agosto, sábado, com permissão da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. A Junta havia sido nomeada em ato convocado pelos revoltosos para a Câmara Municipal do Porto para as 8 horas da manhã do mesmo dia de 24 de agosto. Ferreira Borges é também o autor da Proclamação aos Portugueses que anuncia a nomeação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, aprovada nessa manhã na Câmara do Porto, para o efeito considerada como «Paço do Governo», como se lê na datação do documento. Nesta proclamação acentua-se



ainda mais a ideia de unidade da nação, entre a monarquia, o sacerdócio, o exército, a magistratura, o comércio. Nenhuma das ordens com poder e socialmente relevantes é excluída da revolução, pelo contrário, todas são chamadas a participar e integram a Junta. Múltiplas vezes se declara fidelidade ao rei D. João VI, que a revolução pretendia fazer regressar do Brasil, que ele mesmo havia elevado à condição de reino autónomo por Carta Lei de 16 e dezembro de 1815.

Na Proclamação aos Portugueses da Junta Provisional sobressai ainda como nova regra política, que «ninguém será incomodado por suas opiniões, ou conducta passada». A liberdade de opinião e de imprensa, até aí ferreamente controladas, são o sinal mais evidente do tempo político que nesse dia se abre e que terá como um dos atos mais significativos o fim da Inquisição, ou Tribunal do Santo Ofício, em março de 1821. Até à publicação do *Diário nacional* a imprensa liberal portuguesa tinha toda sido impressa no estrangeiro, sobretudo pelos exilados em Londres, mas também em Paris.

A imprensa, as movimentações das tropas e dos líderes, sobretudo a generalizada aversão à dura repressão dos anos mais recentes, assim como o descontentamento pela situação política e económica, fizeram alastrar rapidamente a revolta, que ganha apoios por todo o país, com a progressiva adesão de outras guarnições. Por fim, com a sublevação em Lisboa a 15 de setembro também a capital adere à revolução, é destituída a Regência e é nomeada uma Junta Interina. E logo entre 10 e 29 de dezembro ocorrem os atos eleitorais para as Cortes Constituintes. Quatro meses de notável aceleração da ação política, com eficácia surpreendente para uma nação a que antes não eram dadas liberdades com o argumento de que a nação não estava preparada para a liberdade.

Para os protagonistas e os líderes da revolta e os seus defensores, a revolução do dia 24 de agosto de 1820 marca uma rutura radical com o passado. A mudança de poder e a esperança na realização das melhores promessas de um tempo novo (sobretudo a nova constituição, as liberdades e o fim do despotismo) conquistam e valem-se do imaginário cultural e artístico. Veja-se a gravura a buril de Constantino de Fontes, sobre desenho de António Maria de Fonseca, sem data, mas seguramente ainda da década de 1820, intitulada *Alegoria à Revolução Liberal do Porto, no dia 24 de Agosto de 1820* (na capa deste volume). Como se diz no título, a alegoria é «Dedicada a excelsa soberania das cortes lusitanas pelo advogado Archangelo de Dominicus», descrevendo-se a alegoria logo a seguir, na longa legenda: «*Lisa despedaça as cadeas; empunha á espada, q'lhe offereceo Gomes Freire, jura a Constituição; piza o Despotismo, chama as armas toda a Cidade do Porto para jurar fidelidade e obediencia à dita Constituição; vem-se os três Herões Sepúlveda, Gil e Cabreira impavidos, a executar o dito juramento com imensa soldadesca e Povo.*



*Enfim a Prepotencia que foge de um lado»*¹. Simbolicamente, nesta representação heroica da revolução, os burgueses e o exército têm em fundo a um lado uma igreja e do outro quatro estandartes da Constituição protegidos ou ladeados por uma cortina de baionetas embainhadas e em riste, Constituição que também está na filacteria que orna a trombeta que o anjo anunciador faz soar.

A 24 de agosto de 1820 eclode um processo de renovação política que acertará também o compasso de Portugal com os outros países do sul da Europa, Espanha, Itália, Grécia, onde as ideias liberais também se enraízam e influenciam os acontecimentos. Em Portugal e por todo o lado, a revolução suscitará de imediato uma igualmente aguerrida resistência às novas ideias. Sucedem-se as revoltas e contrarrevoltas, até à guerra civil e várias décadas de convulsões entre liberais e absolutistas, com múltiplas variantes em cada campo, até ao fim da monarquia e mesmo bem dentro da República, já no século XX.

A cidade do Porto assume nestes acontecimentos e talvez pela primeira e única vez uma efetiva liderança política nacional, o que bem justifica as iniciativas da Câmara Municipal e de diversas instituições da cidade comemorativas do bicentenário da revolução.

As repercussões da revolução de 1820 no campo das ideias, das literaturas e da cultura são igualmente importantes, por isso pareceu oportuno promover uma reflexão alargada e trans-disciplinar sobre o impacto da Revolução Liberal desde a sua época até aos dias de hoje e a atualidade da tradição liberal em política. Com esses objectivos, o Instituto de Filosofia da Universidade do Porto (grupos de investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal” e “Razão, Política e Sociedade na Idade Média e início da Idade Moderna”) e o Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa organizaram um encontro científico previsto para 2020, mas que a necessidade de proteção sanitária para mitigar a pandemia de covid19 obrigou a adiar, tendo decorrido a 18 de junho de 2021. Como se explica a seguir, o colóquio foi organizado em homenagem a Pedro Baptista.

Este volume inclui versões revistas e preparadas para publicação das comunicações apresentadas no colóquio, organizadas tanto quanto possível em sequência cronológica dos respetivos temas, que aqui se apresentam brevemente:

Mendo Castro Henriques em *As origens do liberalismo no Porto e no Rio de Janeiro: o 24 de Agosto e o 26 de Fevereiro* discute a relação de continuidade e os traços comuns entre o levantamento militar do Porto e a proclamação do príncipe D. Pedro perante o levantamento militar no Rio de Janeiro, em que transmite

¹ Cf. Cordeiro, José Manuel Lopes, *1820. Revolução liberal do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Porto 2020, pp. 120-121; a páginas 122-129 podem ser lidas as proclamações antes citadas. Este volume oferece uma completa biografia dos antecedentes e das operações do levantamento militar no dia 24 de agosto, até ao seu alastramento ao território nacional, culminando com o regresso de D. João VI ao território continental europeu de Portugal em julho de 1821.



AS ORIGENS DO LIBERALISMO NO PORTO E NO RIO DE JANEIRO: O 24 DE AGOSTO E O 26 DE FEVEREIRO

MENDO CASTRO HENRIQUES

PRÓLOGO

A 26 de fevereiro de 1821, o príncipe real D. Pedro com 22 anos, iniciou-se na arena política com o gênio impulsivo que o levou a ser o principal impulsionador da liberdade nas duas nações, Brasil e Portugal, escreve António Vianna. Proclamava às tropas da Divisão Auxiliar Portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, e reunidas na praça do Teatro de São João, que concordava com a exigência de uma Constituição para Portugal semelhante à de Cádiz e que transmitiria essa reclamação ao monarca seu pai. Cumpria assim o mandato liberal dos Portugueses do Rio de Janeiro, americanos e europeus, que continuavam o caminho iniciado pelo pronunciamento de 24 de agosto. O seu coração magnânimo que legou à heroica cidade do Porto, começou a bater desde esse momento até a hora em que, exausto pela violência dos esforços da campanha e a crueldade das ingratidões, se sacrificou pela Independência de dois povos. Importa assim ver, como que em espelho simultaneamente mágico e natural, o que aproxima o 24 de agosto e o 26 de fevereiro, como duas datas de promessa da liberdade.¹

I. AS REVOLUÇÕES LIBERAIS

O pronunciamento da guarnição militar da cidade no Porto a 24 de agosto de 1820, sob a égide do Sinédrio, surge após seis anos de letargia nacional, a suceder a seis dolorosos anos de guerra contra Napoleão. Como escreveu Garrett em *Portugal na Balança da Europa, Portugal queria liberdade*, enquanto os seus

¹ O honroso convite de Celeste Natário, secundada por Renato Epifânio e Jorge Cunha, para participar no Colóquio *Revolução Liberal, 200 anos depois*, voltou-me a despertar para as origens do liberalismo em Portugal, que me tem merecido atenção em escritos ficcionais e obras historiográficas, a saber: a peça de teatro *Os sinos do Porto* (1985); o romance histórico *Vencer ou Morrer* (2010); e a trilogia *Salamanca* (2005) *Vitória e Pirenéus* (2009) e *A Invasão de França* (2017). Quis a providência que a data do Colóquio fosse 18 de junho de 2021, aniversário do levantamento do Porto contra os invasores franceses em 1808.



opressores a negavam com o pretexto de que a nação não estava preparada. Ao que o poeta retorquia: *Qual é o homem e o povo que não está preparado para o natural estado do homem social?*

A revolução do Porto nasce num solo e tem raízes no que designamos por liberalismo cujo *primeiro passo (o mais difícil) da liberdade* fora já dado em Espanha em Cádiz, em 1812. Mais do que uma ideologia política entre outras – socialismo, conservadorismo, republicanismo – o liberalismo é um conjunto de princípios comum a várias ideologias e definidores da modernidade ocidental. É uma cultura de emancipação, abertura, reforma, tolerância, primado das leis, responsabilidade política, desencadeada a partir da sociedade, segundo a matriz anglo-saxónica, ou dos governos, segundo a matriz francesa; donde as críticas contraditórias de individualismo e demagogia. No século XIX, é um elemento da *Grande Transformação* com o levantamento de restrições económicas e modernização. Os reacionários do século XIX, como De Maistre, Bonald e Donoso Cortés, encaram-no como a conspiração de forças maçónicas e contra-religiosas, cegos que são para o subsolo espiritual e cristão que sempre alimentou a emancipação das servidões do mundo antigo. A doutrina liberal deriva da noção cristã de livre-arbítrio, da igualdade entre os seres humanos e da crença no progresso como eco da visão de Providência. E estas afinidades são particularmente importantes para entender a génese do liberalismo em Espanha e Portugal e respetivos impérios. As Luzes foram uma expressão mais dessa linhagem cristã subversiva em choque com a linhagem clerical autoritária e através das quais chegou a era liberal.

As revoluções portuguesa e espanhola de 1820 inserem-se na vaga das revoluções do Atlântico: a norte-americana, e sobretudo a revolução francesa de 89 e as revoluções desencadeadas na Europa e na América ibérica, sem esquecer as revoluções falhadas da Polónia e Rússia. A consolidação constitucional das monarquias ibéricas, do Brasil e das novas repúblicas americanas levará tempo. Mas o que a investigação deixou claro é a originalidade ibérica, desde logo assinalada na origem do termo ‘liberal’ em Cádiz e não nas paragens anglo-saxónicas onde tradicionalmente é atribuído. Para ter uma ideia da magnitude dos eventos em que se inscreve o 24 de agosto, vale lembrar que nos domínios espanhol e português, viviam cerca de 30 milhões de almas com dezenas de línguas e raças, espalhadas por áreas imensas desde Madrid e Lisboa ao Amazonas e Califórnia, Brasil, Uruguai, Chile e Filipinas.²

Neste mundo que assimilou de modos diversos a cultura da liberdade, as raízes universalistas ajudam a explicar por que razão os protagonistas da revolução

² *In Search of European Liberalisms: Concepts, Languages, Ideologies* (2019), ed. Michael Freeden, Javier Fernández-Sebastián and Jörn Leonhard, New York, Berghahn Books.

